



**Naturgy**   
*Transforming Together*

Demonstrações  
financeiras

**2021**





Acesse os  
Informes anuais  
**2021**

Demonstrações  
financeiras

**2021**



Na Naturgy, **transformamos** juntos, trabalhando com excelência.



# Demonstrações financeiras

- | 4 Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021
- | 61 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
- | 65 Parecer do conselho fiscal

## Balanço patrimonial

### 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2021	2020
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	196.873	311.191
Contas a receber de clientes (Nota 7)	680.046	460.714
Estoques	3.688	3.008
Tributos a recuperar (Nota 8)	11.784	27.963
Imposto de renda e contribuição social compensar (Nota 8)	4.363	-
Cessão de crédito	1.217	633
Outras contas a receber	5.871	8.115
	<b>903.842</b>	<b>811.624</b>
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	1.732	2.226
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	279.918	268.602
Tributos a recuperar (Nota 8)	240.971	1.631
Depósitos judiciais (Nota 12)	84.649	84.665
	<b>607.270</b>	<b>357.124</b>
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 13)	2.220.361	2.228.950
Direito de uso (Nota 14.1)	7.745	14.148
	<b>2.228.486</b>	<b>2.243.478</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.739.598</b>	<b>3.412.226</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores (Nota 15)	485.298	287.202
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	3.116	4.231
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	588.979	415.629
Obrigações trabalhistas	8.140	8.922
Tributos a recolher (Nota 17)	65.629	51.313
Imposto de renda e contribuição social pagar (Nota 17)	81.415	80.119
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	81.233	75.121
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	118.761	88.066
Demais contas a pagar	20.671	12.403
	<b>1.453.242</b>	<b>1.023.006</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	600.804	759.511
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	186.969	175.187
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	7.227	11.028
Obrigações setoriais (Nota 8a)	239.264	-
Provisão para contingências (Nota 21)	231.312	249.385
	<b>1.265.576</b>	<b>1.195.111</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.718.818</b>	<b>2.218.117</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 19)</b>		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	478.931	642.197
Outros resultados abrangentes	(104.805)	(94.742)
Resultado do período	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.020.780</b>	<b>1.194.109</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.739.598</b>	<b>3.412.226</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2021</b>	2020
Receita líquida (Nota 23)	4.413.489	3.184.991
Custo do serviço (Nota 24)	(3.245.078)	(2.139.144)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.168.411</b>	<b>1.045.847</b>
Despesas com vendas (Nota 26)	(85.135)	(112.316)
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	(294.327)	(299.307)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 27)	(16.407)	(22.436)
<b>Lucro operacional</b>	<b>772.542</b>	<b>611.788</b>
Receitas financeiras	44.952	15.917
Despesas financeiras	(111.379)	(106.408)
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 28)</b>	<b>(66.427)</b>	<b>(90.491)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>706.115</b>	<b>521.297</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes (Notas 9 e 18)	(237.423)	(191.417)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 9 e 18)	6.132	22.195
Lucro líquido do exercício	474.824	352.075
<b>Lucro líquido básico e diluído por mil ações do capital social no final do exercício - R\$</b>	<b>1,82879</b>	<b>1,35602</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstração do resultado abrangente

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2021</b>	2020
Lucro líquido do exercício	<b>474.824</b>	352.075
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes		
Ganho (perda) atuarial de fundo de pensão, líquido de imposto	<b>(10.063)</b>	23.441
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>464.761</b>	375.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de capital - incentivos fiscais
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas com fundo de pensão	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (abril/2020)	-	-
Destinação do lucro:		
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 181,05 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 182,71 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2021)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	644.460	2.194
Aumento de Capital	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas com fundo de pensão	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (abril/2021)	-	-
Dividendos aprovados em AGE (dezembro/2021)	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 190,65 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 292,60 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2022)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>644.460</b>	<b>2.194</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Reservas de lucros

Legal	Expansão	Reserva especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
128.893	684	-	254.988	-	(118.183)	913.036
-	-	-	-	352.075	-	352.075
-	-	-	-	-	23.441	23.441
-	-	254.988	(254.988)	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	(47.005)	-	(47.005)
-	-	-	-	(47.438)	-	(47.438)
-	-	-	257.632	(257.632)	-	-
128.893	684	254.988	257.632	-	(94.742)	1.194.109
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	474.824	-	474.824
-	-	-	-	-	(10.063)	(10.063)
-	-	-	(257.632)	-	-	(257.632)
-	-	(254.988)	-	-	-	(254.988)
-	-	-	-	(49.499)	-	(49.499)
-	-	-	-	(75.971)	-	(75.971)
-	-	-	349.354	(349.354)	-	-
<b>128.893</b>	<b>684</b>	<b>-</b>	<b>349.354</b>	<b>-</b>	<b>(104.805)</b>	<b>1.020.780</b>

## Demonstração do fluxo de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	706.115	521.297
Ajustes		
Amortizações do intangível	139.362	134.296
Depreciação ativo direito de uso	2.315	4.694
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	69.334	49.037
Juros sobre arrendamento	1.131	935
Custos amortizados no exercício	1.539	2.539
Atualização monetária sobre depósito judicial	1.175	2.464
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	7.831	(3.969)
Adições (exclusões) contingências	(16.882)	4.771
Provisão para perdas de crédito esperadas	18.514	56.780
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	-	14
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	-	(565)
	<b>930.434</b>	<b>772.293</b>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(237.352)	23.042
Tributos a recuperar e diferidos	239.199	209.508
Estoques	(680)	124
Cessão de crédito	(584)	8.457
Demais contas a receber	878	(1.073)
Depósitos judiciais	(1.191)	(5.118)
Fornecedores	198.096	(99.620)
Obrigações trabalhistas	(782)	(190)
Tributos a recolher	(215.679)	(166.156)
Demais contas e despesas a pagar	8.141	(38.520)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>920.480</b>	<b>702.747</b>
Juros pagos	(50.339)	(52.395)
Juros pagos arrendamento	(890)	(935)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(238.775)	(165.692)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>630.476</b>	<b>483.725</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(130.771)	(137.725)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(130.771)</b>	<b>(137.725)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	-	213.700
Amortização principal empréstimos	(5.891)	(1.501)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(607.063)	(232.311)
Amortização principal arrendamento	(1.069)	(3.208)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(614.023)</b>	<b>(23.320)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido(a) de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(114.318)</b>	<b>322.680</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>311.191</b>	<b>(11.489)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>196.873</b>	<b>311.191</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração do valor adicionado

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Vendas de gás e de serviços		
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	5.569.313	4.000.304
Outras receitas operacionais	17.688	12.870
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(76.719)	(107.867)
	<u>5.510.282</u>	<u>3.905.307</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.109.650)	(2.014.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(1.054.766)	(760.365)
	<u>(4.164.416)</u>	<u>(2.774.431)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.345.866</u>	<u>1.130.876</u>
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(141.538)	(138.990)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>1.204.328</u>	<u>991.886</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	44.952	15.917
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.249.280</u>	<u>1.007.803</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	60.754	61.743
Benefícios	17.541	16.131
FGTS	4.173	4.330
	<u>82.468</u>	<u>82.204</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	369.309	311.965
Estaduais	200.801	147.591
Municipais	7.723	5.870
	<u>577.833</u>	<u>465.426</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	111.377	106.408
Aluguéis	2.778	1.690
	<u>114.155</u>	<u>108.098</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/capital próprio	49.499	47.005
Dividendos propostos	75.971	47.438
Lucros retidos	349.354	257.632
	<u>474.824</u>	<u>352.075</u>
Valor adicionado distribuído	<u>1.249.280</u>	<u>1.007.803</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metro politana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUJ;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 07 de fevereiro de 2022.

### **1.1. Impactos da COVID-19**

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federal, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos, riscos e incertezas causados pela COVID-19, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) Desempenho da demanda de gás;
- (ii) Impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência;
- (iii) Variação dos indicadores macroeconômicos;
- (iv) Fluxo de caixa no curto e médio prazo;
- (v) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (vi) Avaliação de continuidade operacional.

As análises realizadas pela administração da Companhia não identificaram mudanças nos fatos e circunstâncias econômicas atuais, bem como impactos diretamente atribuíveis ao surto da COVID-19 que indicassem a necessidade de fornecimento de divulgações adicionais de modo a garantir que as informações prestadas refletissem a realidade econômica da Companhia.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi observado como possível impacto, considerando a dificuldade em dissociar as operações normais e àquelas incrementais relacionadas à pandemia, o aumento das perdas de crédito nos mercados com restrição temporária de cortes de fornecimento quando comparado ao período inicial de 2020 - pré-pandemia - conforme evolução observada na nota explicativa nº 7 - Contas a receber de clientes.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes. Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

#### **Suspensão de cortes de fornecimento**

Seguindo as determinações legais, em especial as normativas da Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Micro Empreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte por inadimplência do fornecimento de gás natural canalizado, abrangendo aproximadamente um milhão de clientes. Os cortes serão realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida vale para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médico-hospitalares.

Em 16.07.2021, foi publicada a Lei Estadual 9.356/2021 que alterou as medidas restritivas contidas na Lei Estadual 8.769/2020, passando a vigorar as condições e prazos previstos na Resolução ANEEL 928/2021. A Lei também veda a interrupção, durante o período de pandemia, do fornecimento de gás para o cliente pessoa física cujo consumo não seja superior ao consumo mínimo. Com a alteração, é possível a suspensão do fornecimento para clientes inadimplentes após 90 dias, exceto para os casos mencionados na referida resolução. A Companhia encontra-se em processo de adequação dos seus sistemas e demais atividades necessárias para implementação de tais medidas. As medidas restritivas são aplicáveis aos serviços essenciais, de que trata esta Lei, enquanto durar os planos de contingência e/ou o estado de calamidade sanitária no Estado do Rio de Janeiro, sendo este prorrogado pelo Decreto Estadual (RJ) Nº 47.870, de 13.12.2021 até o dia 1º de julho de 2022.

### **Reajuste de tarifas**

Em 30 dezembro de 2020 foi proferida a Deliberação AGENERSA nº 4.164, a qual reconheceu o direito da Companhia em reajustar a tarifa, no percentual de 24,52%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021; bem como, considerando os efeitos da pandemia, autorizou que a Companhia procedesse com o reajuste de forma escalonada ao longo do ano, incidindo em fevereiro o percentual de 4% e; para os meses de maio, agosto e novembro, o percentual de 6,2%.O valor não repassado nas tarifas será considerado na 4ª Revisão Quinquenal, conforme Deliberação 4.363/2021 publicada pelo Regulador em 30/12/2021.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

### **Continuidade operacional**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras anuais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Considerando ainda que o capital circulante líquido negativo apresentado não representa risco de continuidade uma vez que é decorrente, substancialmente, de dívidas de empréstimos com vencimento no curto prazo. A Companhia possui boa avaliação de crédito perante às instituições financeiras credoras desses empréstimos e, portanto, historicamente obtém sucesso na renegociação de prazo e/ou captação de novos empréstimos, quando necessário. A Companhia avaliou os impactos da COVID-19, conforme apreAntado na nota explicativa 1.2.



Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **2.2. Apresentação de informação por segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. Ver detalhes na Nota Explicativa nº 22.

## **2.3. Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **2.4. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Entidade.

## **2.5. Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### **2.5.1. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para

as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

### **2.5.2. Passivos financeiros**

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

#### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### *Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.6. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

## 2.7. Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado, em geral para fins de reposição e consumo imediato, e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O giro do estoque é inferior a 12 meses.

## 2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

## 2.9. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

## 2.10. Ativos intangíveis

### (i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

#### **(ii) Programas de computador (softwares)**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 13.

#### **(iii) Servidão de passagem**

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota Explicativa nº 13).

### **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor

contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## **2.12. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## **2.13. Provisão para contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.14. Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## **2.15. Benefícios a funcionários**

### **a. Obrigações de aposentadoria**

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos

passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota Explicativa nº 20).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

#### **b. Outras obrigações pós-aposentadoria**

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

#### **c. Participação nos lucros**

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado por provisão durante o exercício corrente com base em estimativas.

### **2.16. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### **2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### **2.18. Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### **a. Venda de gás**

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

#### **b. Venda de mercadorias**

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como “Outras receitas e despesas, líquidas” na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

#### **c. Serviços de construção**

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

#### **d. Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### **e. Receita de prestação de serviço de distribuição**

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

### **2.19. Demonstração do valor adicionado**

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **2.20. Resultado básico por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações nos exercícios apresentados.

### **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.



As normas analisadas pela Companhia foram:

- **CPC 50** - Contratos de seguro
- **IAS 1** - Classificação de passivo como circulante e não circulante
- **CPC 23/IAS28** - Definição de estimativa contábil
- **CPC 32/IAS 12** - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de um única transação.

## **2.22. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021.

- **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48:** Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- **Alterações no CPC 06 (R2):** Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

## **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

### **a. Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada**

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 200.332 (R\$ 130.888 em 31 de dezembro de 2020).

### **b. Provisão para perdas de crédito esperadas**

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

### **c. Provisão para contingência**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 21.

#### **d. Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

#### **a. Risco de mercado**

##### *(i) Risco cambial*

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

##### *(ii) Risco com taxa de juros*

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### **b. Risco de crédito**

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

### c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 547.668 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 211.382 em 31 de dezembro de 2020). Deste montante, R\$ 118.761 estão representados por dividendos e JCP a pagar aos acionistas da Companhia. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Empréstimos e financiamentos	621.538	243.061	502.334
Fornecedores	485.298	-	-
Demais contas a pagar	20.671	-	-
Arrendamento	3.116	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>			
Empréstimos e financiamentos	421.879	581.415	229.812
Fornecedores	287.202	-	-
Demais contas a pagar	12.403	-	-
Arrendamento	4.231	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

A Companhia não pretende realizar antecipações dos valores de longo prazo.

### d. Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 992.910 (R\$ 863.949 em 31 de dezembro de 2020), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2021, indicava uma taxa SELIC em 9,25% (1,90% em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2021 (%)	8,76	8,76	8,76
Dívida líquida – bancos	992.910	992.910	992.910
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2021 (%)	9,25	11,56	13,88
Despesa financeira	4.865	27.801	50.837
IR e CS	(1.654)	(9.453)	(17.285)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	3.211	18.348	33.552

#### 4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.189.783	1.175.140
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(196.873)	(311.191)
Dívida líquida	992.910	863.949
Total do patrimônio líquido	1.020.780	1.194.109
Total do capital próprio e de terceiros	2.013.690	2.058.058
Índice de alavancagem financeira (%)	49%	42%

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

#### 4.3. Instrumentos financeiros

##### a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

## **b. Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

## **5. Instrumentos financeiros por categoria**

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>196.873</b>	311.191
Contas a receber de clientes	<b>681.778</b>	462.940
Outras contas a receber	<b>5.871</b>	8.115
Cessão de crédito	<b>1.217</b>	633
	<b>885.739</b>	782.879
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	<b>1.189.783</b>	1.175.140
Dividendos e juros sobre o capital próprio	<b>118.761</b>	88.066
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<b>497.338</b>	288.816
	<b>1.805.882</b>	1.552.022

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	1.189.783	1.189.783	1.175.140	1.175.140
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	118.761	118.761	88.066	88.066
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	497.338	497.338	288.816	288.816
<b>Total de captações</b>	<b>1.805.882</b>	<b>1.805.882</b>	1.552.022	1.552.022
<b>Total custo de captações</b>	<b>(5.891)</b>		(1.501)	
<b>Total de captações líquido</b>	<b>1.799.991</b>		1.550.521	

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos	71.154	82.367
Aplicações financeiras (CDBs)	125.719	228.824
	<b>196.873</b>	311.191

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas no Banco Santander referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 99,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

## 7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2021	2020
<b>Faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	718.300	551.883
Do setor público	13.885	12.163
	<b>732.185</b>	564.046
<b>Não faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	196.218	127.975
Do setor público	4.114	2.913
	<b>200.332</b>	130.888
Vendas de equipamentos	8.942	9.173
	<b>941.459</b>	704.107
Provisão para perdas de crédito esperadas	(259.681)	(241.167)
	<b>681.778</b>	462.940
Circulante	680.046	460.714
Não circulante (a)	1.732	2.226
	<b>681.778</b>	462.940

(a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<b>2021</b>	2020
A vencer		
Faturado	392.266	253.379
Não faturado	200.332	130.888
Vencidas		
Até três meses	71.102	122.164
De três a seis meses	29.616	22.927
Acima de seis meses	248.142	174.749
	<b>941.459</b>	704.107

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	<b>31/12/2021</b>	31/12/2020
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A vencer	2,03	0,46
1 a 30 dias	10,04	2,85
31 a 60 dias	53,54	14,46
61 a 90 dias	64,23	62,24
91 a 120 dias	51,19	25,03
121 a 180 dias	20,67	68,76
181 a 360 dias	93,38	87,99
Mais de 360 dias	79,40	91,32

Em atendimento as restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, descritas na Nota explicativa nº 1.2, a Companhia deixou de suspender, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:

	<b>2021</b>	2020
Em 1º de janeiro	241.167	184.387
Provisão para perdas de crédito esperadas	123.228	186.600
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(104.714)	(129.820)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>259.681</b>	241.167

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário da COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual Nº46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de algumas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

## 8. Tributos a recuperar

	<b>2021</b>	2020
PIS e COFINS (a)	239.694	21.857
ICMS a recuperar (b)	6.906	3.820
Contribuição social (c)	4.363	-
Imposto de Renda Retido na Fonte (d)	6.155	3.460
Outros	-	457
	<b>257.118</b>	29.594
Circulante	16.147	27.963
Não circulante	240.971	1.631
	<b>257.118</b>	29.594

(a) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Assim, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas, definindo que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e que os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15.03.2017.

Em 28 de setembro de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio do PARECER SEI Nº 14.483/2021/ME, se manifestou quanto as orientações a serem observadas no cumprimento da decisão do STF, especialmente quanto ao marco da cessação da eficácia de decisões anteriores a definitividade do precedente com repercussão geral.

Em 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 239.264 (R\$ 218.842 principal e R\$ 20.422 de atualização monetária), relativo a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. Considerando os valores médios dos tributos federais recolhidos nos últimos anos, a Companhia estima que o valor total reconhecido será compensado em aproximadamente 2 anos, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja a expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do trânsito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.

(b) Refere-se, predominantemente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.606 (R\$ 3.820 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 1.899 com expectativa de realização a curto prazo (R\$ 2.189 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 1.707 com expectativa a longo prazo (R\$ 1.631 em 31 de dezembro de 2020). Há ainda o montante de R\$ 3.203 referentes a créditos de patrocínios realizados em 2021.

(c) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

(d) Refere-se à retenção na fonte, sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

## 9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.



As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

#### a. Composição

	<b>2021</b>	2020
Obrigações de fundo de pensão	111.933	105.079
Provisão para perdas de crédito esperadas	79.219	72.139
Provisão para contingências	78.646	84.791
AVP financeiro	(1.179)	2.434
Operações com arrendamento mercantil	883	375
Juros e variação monetária Gasius	(4.090)	(4.076)
Provisão de fornecedores	13.618	7.593
Outras	888	267
<b>Ativo não circulante</b>	<b>279.918</b>	<b>268.602</b>

#### b. Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<b>IR e CS diferidos ativos sobre</b>								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para perdas de crédito esperadas	Provisão para contingências	AVP financeiro	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	105.079	72.139	84.791	2.434	375	(4.076)	7.593	267	268.602
Creditado (debitado) na demonstração o resultado	1.670	7.080	(6.145)	(3.613)	508	(14)	6.025	621	6.132
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	5.184	-	-	-	-	-	-	-	5.184
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>111.933</b>	<b>79.219</b>	<b>78.646</b>	<b>(1.179)</b>	<b>883</b>	<b>(4.090)</b>	<b>13.618</b>	<b>888</b>	<b>279.918</b>

	<b>IR e CS diferidos ativos sobre</b>								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para perdas de crédito esperadas	Provisão para contingências	AVP financeiro	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	113.650	53.162	83.169	2.922	65	(4.085)	8.579	1.021	258.483
Adições (baixas) na demonstração o resultado	3.505	18.977	1.622	(488)	310	9	(986)	(754)	22.195
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	(12.076)	-	-	-	-	-	-	-	(12.076)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>105.079</b>	<b>72.139</b>	<b>84.791</b>	<b>2.434</b>	<b>375</b>	<b>(4.076)</b>	<b>7.593</b>	<b>267</b>	<b>268.602</b>

### c. Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2021</b>	2020
2021	-	24.846
2022	<b>24.927</b>	32.467
2023	<b>33.918</b>	34.388
2024	<b>35.308</b>	38.973
2025	<b>40.015</b>	45.850
2026	<b>47.077</b>	32.095
2027 em diante	<b>98.673</b>	59.983
	<b>279.918</b>	268.602

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## 10. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados como segue:

	<b>Ativo circulante</b>		<b>Passivo Circulante</b>		<b>Receitas</b>		<b>Despesas</b>	
	<b>31/12/ 2021</b>	31/12/ 2020	<b>31/12/ 2021</b>	31/12/ 2020	<b>31/12/ 2021</b>	31/12/ 2020	<b>31/12/ 2021</b>	31/12/ 2020
<b>A receber/pagar</b>								
<b>Controladora indireta:</b>								
Naturgy Energy Group S.A. (a)	26	82	730	-	17	18	1.593	1.435
<b>Controle Comum:</b>	-	-	-	-	-	-	-	531
Gás Fenosa Engineering (b)	-	-	-	-	34	34	-	-
Gás Natural Informática (c)	-	-	10.633	1.362	-	336	10.636	5.367
NATURGY IT S.L. (d)	-	-	677	-	132	109	8.050	6.552
CEG Rio S.A. (e)	467	578	-	-	20.291	19.663	-	25
LEAN CORPORATE SERVICES S.L. (f)	-	-	-	-	31	6	870	322
LEAN CUSTOMER SERVICES SL (g)	-	-	-	-	4	7	1.329	632
LEAN GRIDS SERVICES S.L. (h)	-	-	-	252	5	2	180	333
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (i)	-	-	-	-	471	441	-	-
Gás Natural Serviços S.A. (j)	15	45	-	-	856	1.466	33	212
Gás Natural do Brasil S.A. (k)	2	12	-	-	30	24	-	-
	<b>510</b>	717	<b>12.040</b>	1.614	<b>21.871</b>	22.106	<b>22.691</b>	15.409

	Ativo circulante		Passivo Circulante		Receitas		Despesas	
	31/12/ 2021	31/12/ 2020	31/12/ 2021	31/12/ 2020	31/12/ 2021	31/12/ 2020	31/12/ 2021	31/12/ 2020
<b>JCP e Dividendos</b>								
Naturgy DL S.A (l)	-	-	63.942	47.338	-	-	-	-
Pluspetrol Energy (l)	-	-	2.664	1.972	-	-	-	-
Dinâmica energia (l)	-	-	11.111	8.359	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social - BNDES (l)	-	-	40.795	30.202	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (l)	-	-	249	195	-	-	-	-
	-	-	118.761	88.066	-	-	-	-
<b>Em dezembro 2021</b>	<b>510</b>	717	<b>130.801</b>	89.680	<b>21.871</b>	22.106	<b>22.691</b>	15.409

Os saldos referem-se substancialmente de:

(a) Contratação de serviços econômicos financeiros abrangendo tesouraria, contas a pagar e operativa contábil; o contrato foi assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPC espanhol mais 0,5% e sujeito a variação cambial (Euro). Contrato encerrado em 2021, com a contratação da IBM para prestação do serviço; Contrato de ressarcimento de salários para funcionários expatriados em atividade no Brasil e funcionários Brasil em atividade no exterior.

(b) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço; o contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2022 e reajustado anualmente pelo IPCA.

(c) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária. Contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) Prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/ suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(e) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

(f) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(g) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(h) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de sustentação dos sistemas de negócios e suporte a processos; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(i) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. O contrato estará em vigor até 31/12/2022, sendo atualizado anualmente pelo IPCA.

(j) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA. Contrato de locação de sistema de climatização, reajustado anualmente pelo IGP-M

(k) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.

(l) Pagamento de dividendos.

### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos celebrados com Partes Relacionadas foram objetos de estudos e análises por consultor externo, demonstrando que os preços e condições não geram desequilíbrio econômico financeiro para qualquer das Partes contratantes.

## 11. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

	<b>2021</b>	2020
Honorários de membros dos conselhos	3.200	2.702
Honorários de diretoria estatutária	7.099	6.723
Planos de aposentadoria e pensão	178	163
Outros benefícios	1.148	883
	<b>11.625</b>	10.471

## 12. Depósitos judiciais

	<b>2021</b>	2020
ICMS	4.364	4.257
INSS (a)	17.378	17.092
Imposto de renda	6.409	6.264
Processo administrativo - SRF (b)	8.340	8.208
CIDE (c)	12.283	12.223
Penhora judicial (d)	15.763	16.256
Trabalhistas (e)	7.142	8.169
Ação cível (f)	12.970	12.196
	<b>84.649</b>	84.665

(a) Refere-se a depósito para recursos de autos de infração de INSS. A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia. O processo se encontra em fase de levantamento para após ser dado baixa. (Nota Explicativa nº 21.a.i).

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota Explicativa nº 21.a.i).

(d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 3.235) e cíveis (R\$12.528).

(e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.

(f) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

### 13. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Software em desenvolvimento (d)	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	82.693	25	53.567	2.010.472	2.146.757	77.235	1.543	2.225.535
Aquisição	-	-	10.446	34.457	44.903	92.649	173	137.725
Baixa líquida	-	-	-	(14)	(14)	-	-	(14)
Transferência para intangível em operação	-	-	1.716	126.008	127.724	(126.008)	(1.716)	-
Amortização	(11.276)	(12)	(20.181)	(102.827)	(134.296)	-	-	(134.296)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	71.417	13	45.548	2.068.096	2.185.074	43.876	-	2.228.950
Custo total	136.735	3.628	191.632	3.434.996	3.766.991	43.876	-	3.810.867
Amortização acumulada	(65.318)	(3.615)	(146.084)	(1.366.900)	(1.581.917)	-	-	(1.581.917)
Valor residual	71.417	13	45.548	2.068.096	2.185.074	43.876	-	2.228.950

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Software em desenvolvimento (d)	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	71.417	13	45.548	2.068.096	2.185.074	43.876	-	2.228.950
Aquisição	-	-	11.905	44.065	55.970	74.803	-	130.773
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	-	88.542	88.542	(88.542)	-	-
Amortização	(11.276)	(5)	(20.452)	(107.629)	(139.362)	-	-	(139.362)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>60.141</b>	<b>8</b>	<b>37.001</b>	<b>2.093.074</b>	<b>2.190.224</b>	<b>30.137</b>	<b>-</b>	<b>2.220.361</b>
Custo total	<b>136.735</b>	<b>3.628</b>	<b>203.537</b>	<b>3.567.603</b>	<b>3.911.503</b>	<b>30.137</b>	<b>-</b>	<b>3.941.640</b>
Amortização acumulada	<b>(76.594)</b>	<b>(3.620)</b>	<b>(166.536)</b>	<b>(1.474.529)</b>	<b>(1.721.279)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.721.279)</b>
Valor residual	<b>60.141</b>	<b>8</b>	<b>37.001</b>	<b>2.093.074</b>	<b>2.190.224</b>	<b>30.137</b>	<b>-</b>	<b>2.220.361</b>
Taxas anuais de amortização (%)	<b>8,3</b>	<b>5, 6 e 7</b>	<b>20</b>					

(a) Contrato para exploração de serviços públicos referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	1.890	25.328	1.318	41.488
Aquisição	-	-	-	29.181
Baixa líquida	-	-	-	(14)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-
Amortização	-	(1.357)	(82)	(23.708)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	1.890	23.971	1.236	46.947
Custo total	1.890	55.091	11.569	226.808
Amortização acumulada	-	(31.120)	(10.333)	(179.861)
Valor contábil atual	1.890	23.971	1.236	46.947

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	1.890	23.971	1.236	46.947
Aquisição	-	-	-	37.961
Baixa líquida	-	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-
Amortização	-	(1.357)	(82)	(25.144)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.890</b>	<b>22.614</b>	<b>1.154</b>	<b>59.764</b>
Custo total	1.890	55.091	11.569	264.769
Amortização acumulada	-	(32.477)	(10.415)	(205.005)
Valor contábil atual	1.890	22.614	1.154	59.764
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.165 (R\$ 659 em 31 de dezembro de 2020) à taxa média de 5,93% (4,23% em 31 de dezembro de 2020).

Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
4.491	4.859	1.095	1.926.454	3.549	2.010.472
1.316	55	-	513	3.392	34.457
-	-	-	-	-	(14)
-	-	-	126.008	-	126.008
(1.826)	(1.047)	(618)	(72.274)	(1.915)	(102.827)
3.981	3.867	477	1.980.701	5.026	2.068.096
36.421	19.603	20.437	3.042.389	20.788	3.434.996
(32.440)	(15.736)	(19.960)	(1.061.688)	(15.762)	(1.366.900)
3.981	3.867	477	1.980.701	5.026	2.068.096

Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
3.981	3.867	477	1.980.701	5.026	2.068.096
250	538	-	360	4.956	44.065
-	-	-	-	-	-
-	-	-	88.542	-	88.542
(1.673)	(967)	(411)	(75.152)	(2.843)	(107.629)
<b>2.558</b>	<b>3.438</b>	<b>66</b>	<b>1.994.451</b>	<b>7.139</b>	<b>2.093.074</b>
36.671	20.141	20.437	3.131.291	25.744	3.567.603
(34.113)	(16.703)	(20.371)	(1.136.840)	(18.605)	(1.474.529)
2.558	3.438	66	1.994.451	7.139	2.093.074
20	10	20	3	33	-

## 14. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e oito anos enquanto veículos é superior a um ano e inferior a dois anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

### Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % a.a.
Superior a 1 ano até 8 anos	8,45 a 11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

Os saldos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021, são de R\$ 7.745 (R\$ 14.148 em 2020) no ativo e R\$ 10.343 (R\$ 15.259 em 2020) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

### 14.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2020	Adição	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2021	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	36	-	-	(12)	24	5,42
Edificações	13.974	-	(4.088)	(2.165)	7.721	3,12
Veículos	138	-	-	(138)	-	1,69
<b>Total - ativo de direito de uso</b>	<b>14.148</b>	<b>-</b>	<b>(4.088)</b>	<b>(2.315)</b>	<b>7.745</b>	

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2019	Adição	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2020	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	47	-	-	(11)	36	5,42
Edificações	9.008	11.570	(2.137)	(4.467)	13.974	3,12
Veículos	354	-	-	(216)	138	1,69
<b>Total - ativo de direito de uso</b>	<b>9.409</b>	<b>11.570</b>	<b>(2.137)</b>	<b>(4.694)</b>	<b>14.148</b>	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação do contrato da sede administrativa, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.



Fluxos de caixa (2021)	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	9.849	7.830
PIS/COFINS potencial	911	724

#### 14.2. Obrigações por arrendamento

	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.394	2.297
PIS/COFINS potencial	221	213

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2020	Encargos financeiros	Baixa (*)	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2021
Terrenos	40	4	-	(10)	(4)	30
Edificações	15.054	1.119	(4.088)	(1.039)	(878)	10.168
Veículos	165	8	-	(20)	(8)	145
<b>Total - passivo de arrendamento</b>	<b>15.259</b>	<b>1.131</b>	<b>(4.088)</b>	<b>(1.069)</b>	<b>(890)</b>	<b>10.343</b>

(\*) Baixas referentes aos distratos de três contratos de locação de imóveis, sendo o mais relevante correspondente a filial situada na Avenida Presidente Vargas - RJ.

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2019	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa (**)	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2020
Terrenos	49	5	-	-	(9)	(5)	40
Edificações	9.181	906	11.570	(2.702)	(2.995)	(906)	15.054
Veículos	369	24	-	-	(204)	(24)	165
<b>Total - passivo de arrendamento</b>	<b>9.599</b>	<b>935</b>	<b>11.570</b>	<b>(2.702)</b>	<b>(3.208)</b>	<b>(935)</b>	<b>15.259</b>

(\*) Adição referente ao novo contrato de locação de imóvel firmado neste exercício correspondente a mudança de endereço da sede corporativa para a barra da tijuca.

(\*\*) Baixas referentes aos distratos de três contratos de locação de imóveis, sendo o mais relevante correspondente a filial situada na barra da tijuca.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

<b>Dezembro de 2021</b>	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	13	17	30
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	2.958	7.210	10.168
Veículos	Fixa	10,75	145	-	145
<b>Total - obrigação por arrendamento</b>			<b>3.116</b>	<b>7.227</b>	<b>10.343</b>

Dezembro de 2020	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	10	30	40
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	4.056	10.998	15.054
Veículos	Fixa	10,75	165	-	165
<b>Total - obrigação por arrendamento</b>			<b>4.231</b>	<b>11.028</b>	<b>15.259</b>

(\*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	13	17	-	30	30
Edificações	2.041	6.983	834	10.168	9.859
Veículos	-	-	-	145	-
<b>Total</b>	<b>2.054</b>	<b>7.000</b>	<b>834</b>	<b>10.343</b>	<b>9.889</b>

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 2.176 (R\$ 4.694 em dezembro de 2020) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 890 (R\$ 935 em dezembro de 2020).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.778 (R\$ 1.690 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

## 15. Fornecedores

	2021	2020
De gás (a)	396.493	232.192
De materiais	17.429	2.502
De serviços	71.376	52.508
	<b>485.298</b>	<b>287.202</b>

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 14º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 10 de dezembro de 2019 no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

## 16. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Linhas de crédito	1.189.783	1.175.140
	<b>1.189.783</b>	<b>1.175.140</b>
<b>Total do passivo</b>		
Circulante	588.979	415.629
Não circulante	600.804	759.511
	<b>1.189.783</b>	<b>1.175.140</b>

A variação observada entre passivo circulante e não circulante refere-se as renovações das operações que venciam em 2021, cujo vencimento passou a ser em 2024.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Vencimento
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	03/06/2022
	CDI+2,30%	04/03/2024
	CDI+1,2503%	20/05/2021
	CDI+1,2%	19/08/2022
	CDI+1,2%	16/04/2021
	CDI+4,94%	08/04/2021
	CDI+2,30%	04/03/2024
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+2,30%	04/03/2024
Banco Santander S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023
	CDI+0,95%	14/11/2022
	CDI+4,81%	24/03/2021
	CDI+4,80%	06/04/2021
	CDI+2,30%	11/03/2024
Banco Citibank	CDI+2,30%	11/03/2024
ING Bank	CDI+1,75%	16/05/2024
	CDI+1,3%	15/06/2021
	CDI+3,9%	15/04/2021
Banco Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024
Banco Intesa San Paolo	CDI+2,75%	08/07/2022
	CDI+2,30%	11/03/2024
Banco Itaú	CDI+1,20%	19/09/2022
	CDI+0,95%	14/11/2022
	CDI+3,05%	23/03/2021
	CDI+3,95%	06/04/2021
	CDI+2,30%	18/03/2024
	CDI+2,30%	18/03/2024
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023
	CDI+1,25%	21/06/2021

(a) Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo no resultado o montante de R\$ 5.891 referente ao ganho decorrente da modificação dos termos da dívida.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2021	2020
2022	-	549.511
2023	210.000	210.000
2024	390.804	-
	<b>600.804</b>	759.511

Lc	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
100%	165.922	-	3.055	160.000
100%	(a) 1.766	30.624	-	-
100%	-	-	51.037	-
100%	104.956	-	2.824	100.000
100%	-	-	51.217	-
100%	-	-	31.577	-
100%	(a) 3.486	50.654	-	-
100%	(a) 2.186	49.088	-	-
100%	4.622	150.000	1.812	150.000
100%	100.329	-	358	99.319
100%	-	-	36.968	-
100%	-	-	24.324	-
100%	(a) 1.525	33.960	-	-
100%	(a) 1.420	22.999	-	-
100%	(a) 847	50.315	-	-
100%	-	-	50.906	-
100%	-	-	31.289	-
100%	(a) 1.462	30.149	-	-
100%	41.137	-	908	40.000
100%	(a) 1.318	29.427	-	-
100%	45.530	-	386	44.800
100%	106.446	-	379	105.392
100%	-	-	46.774	-
100%	-	-	51.670	-
100%	(a) 2.649	44.588	-	-
100%	(a) 2.943	49.000	-	-
100%	435	60.000	119	60.000
100%	-	-	30.026	-
	588.979	600.804	415.629	759.511

#### Mapa de movimentação dos empréstimos

	2021	2020
Saldo inicial	1.175.140	999.618
Captação	-	213.700
Amortizações	-	(35.858)
Juros provisionados	69.334	49.037
Juros pagos	(50.339)	(52.395)
Custo a amortizar	(5.891)	(1.501)
Custos amortizados no período	1.539	2.539
Saldo final	1.189.783	1.175.140

## 17. Tributos a recolher

	2021	2020
ICMS	41.796	31.802
IRPJ a pagar	81.415	80.119
COFINS	11.212	8.507
PIS	2.424	1.845
CS/PIS/COFINS terceiros	1.652	2.179
INSS terceiros	1.236	510
ISS terceiros	1.194	1.020
Outros	6.115	5.450
	<b>147.044</b>	<b>131.432</b>

## 18. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	706.115	706.115	521.297	521.297
<b>Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%</b>	(176.529)	(63.550)	(130.324)	(46.917)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre capital próprio	12.375	4.455	11.751	4.230
Adições permanentes	(6.681)	(2.406)	(6.882)	(2.477)
Incentivos fiscais	1.045	-	1.139	-
Outros	-	-	190	68
<b>Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício</b>	(169.790)	(61.501)	(124.126)	(45.096)
Imposto corrente	(174.299)	(63.124)	(140.446)	(50.971)
Imposto diferido	4.509	1.623	16.320	5.875
	(169.790)	(61.501)	(124.126)	(45.096)
Alíquota efetiva	24%	9%	25%	9%

## 19. Patrimônio líquido

### 19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social de R\$644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior	
Naturgy Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	<b>100,00%</b>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

### 19.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

#### a. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### b. Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia.

#### c. Reserva especial

Refere-se a parte dos lucros, relativos ao resultado do exercício de 2020 que foram distribuídos em dezembro de 2021, conforme assembleia geral extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2021.

#### d. Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Conforme aprovado em AGO realizada em 30 de abril de 2021, o valor de R\$ 47.005 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas, que foi pago em parcela única no dia 30 de julho de 2021. Houve, também, a aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$ 305.070 sendo distribuídos a todos os acionistas, em duas parcelas iguais sendo a primeira paga em 30 de julho de 2021 e, a segunda, paga em 15 de dezembro de 2021.

Outrossim, houve aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$ 254.988 sendo distribuídos a todos os acionistas, e que foram pagos em parcela única em 20 de dezembro de 2021.

Em AGE, realizada em 9 de dezembro de 2021, foi aprovado a proposta de pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 49.499 a serem pagos em 27 de julho de 2022.

Os valores aprovados e pagos em 2021 estão demonstrados abaixo:

#### Distribuição de resultado de 2020

Juros sobre o capital próprio	47.005
Dividendos mínimo obrigatório	47.438
Dividendos aprovados em AGE (abril/21)	257.632
Reserva especial aprovado em AGE (dezembro/2021)	254.988
<b>Total distribuído em 2021</b>	<b>607.063</b>

Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido	474.824	352.075
Base de cálculo dos dividendos	474.824	352.075
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	118.706	88.019
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(49.499)	(47.005)
Dividendos a pagar	(75.971)	(47.438)
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	26%	27%

#### e. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme segue:

	2021	2020
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido	474.824	352.075
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
<b>Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias</b>	<b>1,82879</b>	<b>1,35602</b>

Nos exercícios de 2021 e 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.



## 20. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Nº participantes Gásius	2021	2020
Ativos	17	21
Assistidos	1.003	1.017
	<b>1.020</b>	1.038

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

### Planos de benefícios

#### (i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

##### *Contribuição normal*

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

##### *Contribuição especial*

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

#### (ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano de 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A esses ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e, no mesmo percentual base, concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

Nº participantes	2021	2020
Assistidos	9	11

#### (iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

Nº participantes	2021	2020
Assistidos	3	6

**(iv) Plano de saúde para aposentados**

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal per capita para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011 para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

Nº participantes	2021	2020
Ativos	184	189
Assistidos	642	634
	<b>826</b>	<b>823</b>

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	2021	2020
Fundo de pensão (Gasius)	2.226	2.222
Assistência médica	10.561	9.331
Plano de aposentadoria do ano 1990	698	745
	<b>13.485</b>	<b>12.298</b>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2021	2020
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	4.704	5.808
Prêmio aposentadoria	289	285
Assistência médica para aposentados	263.209	244.215
	<b>268.202</b>	<b>250.308</b>
Circulante	81.233	75.121
Não circulante	186.969	175.187
	<b>268.202</b>	<b>250.308</b>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

<b>Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>277.718</b>
Custos dos juros	17.991
Custo do serviço corrente	2.413
Benefícios pagos	(12.298)
Remensurações das premissas atuariais	(35.516)
<b>Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>250.308</b>
Custos dos juros	15.929
Custo do serviço corrente	204
Benefícios pagos	(13.599)
Remensurações das premissas atuariais	15.361
<b>Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>268.203</b>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. plano 90)	Prêmio aposent.	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2019	-	6.274	616	270.828
Custo do serviço corrente	113	-	17	2.283
Juros sobre obrigações atuariais	31.067	389	31	17.659
Juros/(rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(34.414)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos)/passivo oneroso	3.260	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	2.196	(110)	(379)	(37.224)
Benefícios pagos	(2.222)	(745)	-	(9.331)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>5.808</b>	<b>285</b>	<b>244.215</b>
Custo do serviço corrente	41	-	8	155
Juros sobre obrigações atuariais	29.787	354	10	15.648
Juros/(rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(30.201)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos)/passivo oneroso	331	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	2.268	(760)	(13)	13.752
Benefícios pagos	(2.226)	(698)	-	(10.561)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>4.704</b>	<b>290</b>	<b>263.209</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

Plano de benefícios GASIUS	
Em 31 de dezembro de 2019	533.058
Rendimento esperado	34.414
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(55.250)
Contribuições da patrocinadora	2.222
Contribuições dos participantes	210
Benefícios pagos	(38.172)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>476.482</b>
Rendimento esperado	30.201
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(15.063)
Contribuições da patrocinadora	2.226
Contribuições dos participantes	142
Benefícios pagos	(39.263)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>454.725</b>

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	2021	2020
Renda fixa		
Títulos públicos federais	239.677	260.202
Fundos de investimento de renda fixa	65.727	85.138
	<b>305.404</b>	<b>345.340</b>
Títulos de renda variável	96.768	114.160
Investimento imobiliário	34.404	29.768
Outros ativos	43.640	37.016
	174.812	180.944
	<b>480.216</b>	<b>526.284</b>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2021	2020
Plano de benefícios - GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	411.132	471.500
Valor justo dos ativos do plano	454.817	476.482
Superávit	(43.685)	(4.982)
Limite assunção de dívida (*)	43.685	4.982
<b>Passivo líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	<b>2021</b>	2020
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<b>4.704</b>	5.808
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<b>289</b>	285
Assistência médica a aposentados		
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>263.210</b>	<b>244.215</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposemta.	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	41	-	8	155	204
Juros sobre obrigações atuariais	(83)	354	10	15.648	15.929
Benefícios pagos	(2.226)	(698)	-	(10.561)	(13.485)
	<b>(2.268)</b>	<b>(344)</b>	<b>18</b>	<b>5.242</b>	<b>2.648</b>
Resultado abrangente	2.268	(760)	(13)	13.752	15.247
Imposto de Renda e contribuição social					(5.184)
<b>Resultado abrangente líquido e impostos</b>					<b>10.063</b>

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	5,48% a.a.
Crescimentos salariais futuros	1,00% a.a.
Inflação	3,40% a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

## 21. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<b>2021</b>	2020
Trabalhistas	36.664	41.787
Cíveis	50.025	62.584
Regulatória	1.690	2.108
Tributárias	142.933	142.906
	<b>231.312</b>	249.385

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2020	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	<b>2021</b>
Trabalhistas	41.787	4.221	(9.344)	36.664
Cíveis	62.584	2.890	(15.449)	50.025
Regulatória	2.108	111	(529)	1.690
Tributárias	142.906	390	(363)	142.933
	<b>249.385</b>	<b>7.612</b>	<b>(25.685)</b>	<b>231.312</b>

	2019	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	<b>2020</b>
Trabalhistas	42.756	9.274	(10.243)	41.787
Cíveis	59.256	12.327	(8.999)	62.584
Regulatória	521	1.988	(401)	2.108
Tributárias	142.081	825	-	142.906
	<b>244.614</b>	<b>24.414</b>	<b>(19.643)</b>	<b>249.385</b>

A Companhia possui R\$ 84.649 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 84.665 em 31 de dezembro de 2020) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 12).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

#### **a. Contingências tributárias**

A composição da provisão para contingências tributárias é a seguinte:

	<b>2021</b>	2020
<b>Esfera</b>		
Federal	140.760	140.770
Estadual	2.163	2.126
Municipal	10	10
	<b>142.933</b>	<b>142.906</b>

#### **(i) Contingências tributárias com perdas prováveis**

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de

existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.283 (R\$12.223 em 31 de dezembro de 2020) e está suportado por depósitos judiciais.

#### *Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)*

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459.

O valor atualizado da causa incluindo multas e juros é de aproximadamente R\$ 470.375 em 31 de dezembro de 2021. Após obter provimento apenas parcial de sua defesa nos âmbitos administrativos e judicial e considerando critério da análise de seus argumentos de defesa, andamento processual e contexto atuais, a Administração da Companhia entende como sendo prováveis as chances de perda no valor do principal atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no valor principal atualizado monetariamente de R\$ 108.330, respectivamente, motivo pelo qual o referido montante foi provisionado. Os demais valores inerentes a multas e juros possuem expectativa de perda remota, e, por tal, razão não estão provisionados.

#### *Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3)*

Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fev/99 a set/00. A Companhia provisionou o montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 em R\$ 17.378 (R\$17.092 em 31 de dezembro de 2020). A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia. O processo se encontra em fase de levantamento para após ser dado baixa.

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários advocatícios de êxito em ações judiciais de R\$ 3.144 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.497 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia ainda dispõe de R\$ 1.798 em 31 de dezembro de 2021 relativos a outras causas com prognóstico provável de perda.

#### **(ii) Contingências tributárias com perdas possíveis**

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 51.497 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 63.208 em 31 de dezembro de 2020).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

- Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída a provisão. No entanto, tivemos perda total deste processo na esfera administrativa. Os advogados da Companhia entraram com recurso na esfera judicial e estimam como possível a probabilidade de êxito, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 25.014 (R\$20.179 em 31 de dezembro de 2020).
- Em agosto de 2018, a Companhia iniciou processo administrativo visando a homologação compensação/restituição de débitos de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.997 (R\$ 6.898 em 31 de dezembro de 2020).

- Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal – EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.827 (R\$ 6.527 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais processos classificados como possíveis atualizados em 31 de dezembro de 2021 somam R\$ 12.657 (R\$ 14.558 em 31 de dezembro de 2020).

### b. Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<b>2021</b>	2020
Quantidade de ações movidas por ex-empregados CEG	40	33
Ex-empregados terceiros	737	629
Outros (Ministério Público, INSS)	3	4
	<b>780</b>	666

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<b>2021</b>	2020
Ex-empregados CEG	5.908	7.231
Ex-empregados terceiros	30.755	34.556
	<b>36.663</b>	41.787

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2021 R\$ 84.584 (R\$ 50.615 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (vi) Implantação do sistema de gestão da documentação de empresas terceiras (SERTRAS).
- (vii) Opção de Adesão ao Programa de Desligamento Especial, com quitação geral do contrato de trabalho, para empregados próprios desligados em 2021.



### **c. Contingências cíveis**

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2021, essas causas totalizam R\$ 50.024 (R\$ 62.584 em 31 de dezembro de 2020). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 32.725 (R\$16.144 em 31 de dezembro de 2020) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para os processos 0129467-15.2009.8.19.0001 e 0192859-26.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca do valor da margem aprovado na 2ª revisão tarifária, que representam respectivamente, os valores de R\$ 23.184 e R\$ 8.787 da contingência total.

### **d. Contingências regulatórias**

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2021; essas causas totalizam R\$ 1.690 (R\$ 2.108 em 31 de dezembro de 2020). Com destaque para o processo E-33/100.459/2004 que representa R\$ 1.474 da provisão total.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 248 (R\$ 790 em 31 de dezembro de 2020) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

## **22. Informações por segmento**

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (967.535 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.826 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (256 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (4 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (498 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

### Margem por segmento em 2021

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas (*)	Total
Volumes m³ mil	122.078	58.411	450.380	935.083	-	3.143.248	4.709.200
Receita bruta	1.163.161	326.360	1.232.697	2.432.852	83.548	330.695	5.569.313
Deduções	(244.592)	(69.984)	(239.063)	(526.560)	-	(75.625)	(1.155.824)
Receita líquida	918.569	256.376	993.634	1.906.292	83.548	255.070	4.413.489
Custo	(307.672)	(142.582)	(897.012)	(1.801.156)	(83.548)	(13.108)	(3.245.078)
Resultado bruto	610.897	113.794	96.622	105.136	-	241.962	1.168.411
Despesas/receitas							(462.296)
Resultado antes da tributação							706.115
Provisão p/IR e contribuição social							(231.291)
<b>Lucro do período</b>							<b>474.824</b>

(\*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Receitas de serviços	321.478	171.293
Receitas de serviços taxados	5.790	6.794
Receita de aluguéis	3.427	12.631
	<b>330.695</b>	190.718

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

### Margem por segmento em 2020

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico (a)	Automotivo	Construção	Outras Receitas (*)	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	123.649	49.409	421.103	9.315	840.343	-	1.721.270	3.165.089
Receita bruta	988.646	227.131	879.114	9.933	1.606.880	97.882	190.718	4.000.304
Deduções	(207.634)	(48.641)	(170.694)	(2.270)	(347.789)	-	(38.285)	(815.313)
Receita líquida	781.012	178.490	708.420	7.663	1.259.091	97.882	152.433	3.184.991
Custo	(199.966)	(84.339)	(604.597)	(7.387)	(1.138.308)	(97.882)	(6.665)	(2.139.144)
Resultado bruto	581.046	94.151	103.823	276	120.783	-	145.768	1.045.847
Despesas/receitas								(524.550)
Resultado antes da tributação								521.297
Provisão p/IR e contribuição social								(169.222)
<b>Lucro do exercício</b>								<b>352.075</b>

(a) Vale destacar que, com a mudança prevista na referida Deliberação 3.862/2019 referente à modalidade de venda para o mercado termoeletrico, que passou a ser considerado como cliente livre (ATR), desta forma não mais sendo considerado um segmento a partir de 2021. Este fato não acarretou em qualquer tipo de descontinuidade, apenas uma nova alocação das receitas e custos no segmento ATR (outras receitas).

## 23. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

### Demonstração da receita líquida

	2021	2020
Venda de gás	5.155.070	3.711.704
Contratos de construção	83.548	97.882
Outras receitas (a)	330.695	190.718
<b>Total receita bruta</b>	<b>5.569.313</b>	<b>4.000.304</b>
(-) ICMS	(634.130)	(445.504)
(-) ISS	(6.935)	(4.774)
(-) PIS	(87.975)	(62.375)
(-) COFINS	(405.220)	(287.303)
(-) Taxa de regulação	(21.564)	(15.357)
<b>Total de deduções</b>	<b>(1.155.824)</b>	<b>(815.313)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>4.413.489</b>	<b>3.184.991</b>

(a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, é registrado nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

## 24. Custo do serviço

	2021	2020
Compra de gás e de serviços	(3.026.085)	(1.916.169)
Custo dos contratos de construção	(83.565)	(97.897)
Custo de pessoal	(23.769)	(17.726)
Custo de amortização do intangível	(111.659)	(107.352)
	<b>(3.245.078)</b>	<b>(2.139.144)</b>

## 25. Compromissos e contingências

### 25.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008 entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional (“Contrato”), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de julho de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 13 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual, de 4.650.000 m³/dia para 4.860.000 m³/dia.

Em 10 de dezembro de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 14 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes acordam em diminuir a quantidade diária contratual, para 4.800.000 m³/dia e a adesão à uma nova política de preços, indexada aos preços internacionais do petróleo tipo Brent. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do exercício.

Pelos aditivos nº 13 e nº 14 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu a partir do ano de 2019 e, conseqüentemente, do ano de 2020:

(i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);

(ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

No exercício de 2021, não houve pagamento relacionado à Retirada Mínima Mensal.

Considerando o término da vigência do Contrato, em 31 de dezembro de 2021, a CEG realizou Chamada Pública, em 03 de setembro de 2021, não tendo recebido proposta elegível. Em consequência, iniciou negociações bilaterais com a Petrobras, tendo sido apresentada proposta bem superior aos patamares até então praticados.

Diante das considerações acima, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG, interpuseram medidas judiciais, sendo concedida decisão liminar que assegurou a manutenção das condições do contrato vigente até 31.12.2021, mantendo as mesmas condições para os próximos 12 meses (até 31.12.2022), ou até que o CADE analise o pleito das Concessionárias impactadas, bem como que haja a completa abertura do mercado.

## 25.2 Revisão tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/2021 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021.

Em 29/03/2021, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação até o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado e do Poder Concedente sobre as questões relativas ao 3º termo aditivo do Contrato de Concessão.

Em 14/06/2021, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais das decisões constantes da mesma.

Em 21/06/21, a Concessionária apresentou seus Embargos de Declaração em face ao contido na referida Deliberação. Até o momento não há definição da AGENERSA quanto aos Embargos apresentados.

Assim, estando os efeitos da referida Deliberação suspensos, não há como reconhecer qualquer variação ou constituição de ativo ou passivo regulatório para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 30/12/2021, na sessão regulatória, foi proferida a Deliberação 4363/2021 que reconhece o direito ao repasse da inflação de forma diferida, sendo retroativa a 01/01/2022, mas condiciona a sua aplicabilidade quando da conclusão da 4ª Revisão Quinquenal, que se espera que ocorra ao longo do ano de 2022.

A referida decisão foi publicada em 30 de dezembro de 2021. No dia 27/01/2022 a Companhia ingressou com um mandado de segurança contra a decisão da AGENERSA.

## 26. Despesas de vendas, gerais e administrativas

	<b>2021</b>	2020
Despesa de pessoal (a)	(73.427)	(79.597)
Serviços profissionais e contratados (b)	(100.897)	(104.959)
Amortização do intangível	(29.880)	(31.638)
Serviços e outros gastos (c)	(39.554)	(31.483)
Serviços de manutenção	(35.488)	(37.585)
Utilidades, materiais e serviços	(14.877)	(15.547)
Despesa de atividades comerciais (d)	(8.416)	(6.555)
Entidade de previdência privada	(204)	(2.413)
Perda (recuperação) de crédito (d)	(58.204)	(45.066)
Provisão para perdas de crédito esperada (d)	(18.515)	(56.780)
	<b>(379.462)</b>	<b>(411.623)</b>

(a) Inclui principalmente despesas com pessoal administrativo.

(b) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados à tecnologia da informação e segurança.

(c) Inclui provisão para contingências.

(d) Composição das despesas com vendas da DRE.

## 27. Outras receitas e despesas, líquidas

	<b>2021</b>	2020
Impostos e taxas (a)	(15.588)	(17.759)
Ganho/perda na alienação de intangível	90	-
Indenização a terceiros	(9.767)	(10.060)
Recuperação/despesa com impostos	(1.937)	(4.563)
Outras receitas operacionais	16.037	11.703
Outras despesas operacionais	(5.242)	(1.757)
	<b>(16.407)</b>	<b>(22.436)</b>

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

## 28. Resultado financeiro

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas sobre aplicações financeiras	13.043	3.504
Receita de juros e encargos	2.439	6.819
Atualizações monetárias (a)	22.756	1.439
Outras receitas financeiras	6.714	4.155
	<b>44.952</b>	<b>15.917</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimo	(69.334)	(49.037)
IOF	(1.607)	(3.594)
Atualizações monetárias (a)	(24.893)	(38.503)
Fiança bancária	(15.545)	(13.613)
Outras despesas financeiras	-	(1.661)
	<b>(111.379)</b>	<b>(106.408)</b>
	<b>(66.427)</b>	<b>(90.491)</b>

(a) O aumento refere-se, substancialmente, à atualização da taxa SELIC e multa e juros sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, ambos no valor de 20.422, não tendo impacto no resultado da Companhia.

## 29. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	<b>Em milhares</b>	
	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/2021 a 29/10/2022	710.000
Responsabilidade civil geral	29/10/2021 a 29/10/2022	852.000
Responsabilidade civil - administradores diretores e dirigentes	29/10/2021 a 29/10/2022	94.000

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

## Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências

Veja as Notas 2.13, 3(c) e 21 das demonstrações financeiras

### Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, regulatórias, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Os processos de natureza tributária são relativos a multas aplicadas pelas autoridades fiscais competentes sobre potenciais não cumprimento da legislação em vigor.

O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é calculado pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações tributárias consideradas mais significativas.

### **Como auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda, e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia.
- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas jurídicos, dos julgamentos utilizados pela Companhia na determinação da probabilidade de perda, bem como na avaliação do mérito das causas, julgados similares e informações e atualizações publicadas recentemente relativas ao andamento dos processos e comparamos com jurisprudências de processos semelhantes, informações históricas, e pareceres preparados pelos assessores jurídicos da Companhia.
- Avaliação da capacidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício, com as provisões previamente reconhecidas; e
- Avaliação, também, se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### **Mensuração do passivo atuarial**

Veja as Notas 2.15, 3(d) e 20 das demonstrações financeiras

### **Principal assunto de auditoria**

A Companhia possui planos de benefício pós-emprego concedidos a empregados e ex-empregados, relativos à assistência médica e plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas para determinação dos valores.

O passivo de benefício definido é estimado com base em premissas atuariais, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano de pensão, crescimentos salariais futuros e taxas de mortalidade.

Devido às incertezas relacionadas com as premissas utilizadas para estimar o passivo de benefício definido que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

### **Como auditoria endereçou esse assunto**

nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação, com base amostral, dos dados dos participantes utilizados na avaliação atuarial da Companhia;
- Obtenção, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais e com o objetivo de mitigar as incertezas mencionadas, do entendimento em relação as principais premissas aplicadas pela Companhia, obtidas com base em trabalho realizado por empresa especializada contratada pela Companhia, aonde comparamos tais premissas com as aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações;



- Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, dos cálculos das obrigações de benefícios a empregados realizados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Companhia; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao passivo de benefício definido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor de benefício a empregados e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de março de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2022

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**Bernardo Moreira Peixoto Neto**  
Contador CRC RJ-064887/O-8

## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 07/02/2022, o Conselho Fiscal, **por unanimidade**, é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 07 de fevereiro de 2022.

**Renato Achutti**

**Felipe Kfuri Moreira da Silva**

**Murici dos Santos**

**Naturgy** 

[www.naturgy.com.br](http://www.naturgy.com.br)